



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

LAÍRES DA SILVA GONÇALVES

**PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO
MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO SOBRE A
IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO ESCOLAR**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

LAÍRES DA SILVA GONÇALVES

**PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO
MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO SOBRE A
IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade
Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de
Humanidades e Letras do Campus dos Malês da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito
para obtenção de título de Bacharel em humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Teodoro.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

LAÍRES DA SILVA GONÇALVES

**PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO
MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO SOBRE A
IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras do Campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em 05 de Abril de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristina Teodoro (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Ana Claudia Gomes de Souza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Carla Verônica Albuquerque Almeida

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	PROBLEMA DA PESQUISA	6
2	JUSTIFICATIVA	7
3	OBJETIVOS	8
3.1	OBJETIVO GERAL	8
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
4	REVISÃO DA LITERATURA	9
4.1	HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO: ASPECTOS GERAIS	9
4.2	SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO	11
4.3	SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO	14
5	METODOLOGIA	17
6	CRONOGRAMA	18
	REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

A sociologia é o foco deste projeto de pesquisa, que será desenvolvida no colégio Centro Educacional Teodoro Sampaio, na cidade de Santo Amaro-Ba, com o objetivo de compreender qual é a percepção e o entendimento que alunos do Ensino Médio têm sobre o componente curricular de Sociologia. A educação escolar no Brasil tem sido, historicamente, debatida, particularmente, o nível do Ensino Médio, em função de seu papel na vida dos jovens que estão prestes a adentrar o mercado de trabalho e, posteriormente, o Ensino Superior.

Do nosso ponto de vista a Sociologia é um componente curricular de extrema importância, já que, traz mudanças na vida do indivíduo ao possibilitar que ele seja capaz de fazer leituras mais apuradas sobre a sociedade e o seu papel, enquanto membro dela. Nos últimos anos, o ensino de Sociologia nas escolas vem sendo questionado e tem passado por desafios para que permaneça nos currículos. Muitos sociólogos e entidades vêm unindo forças para que haja uma implementação plena da disciplina nos currículos escolares do Ensino Médio brasileiro, tais lutas, são extremamente importantes, pois, como dito, a Sociologia tem um papel fundamental na vida do ser humano, entre outros, faz com que, no caso dos mais jovens, reflitam e questionem a realidade, despertando o senso crítico, e, também, quiçá, despertando para a justiça social.

O presente projeto tem como finalidade discutir o Ensino Médio e, particularmente, o ensino de Sociologia a partir das mudanças ocorridas com a implementação da Lei nº 13.415/2017, especificamente, as questões relacionadas à carga horária, a formação de docentes e, acima de tudo, a forma como o ensino de Sociologia entra como um dos componentes na matriz curricular. De acordo com a resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio em seus Art. 3º consta que o Ensino Médio

É direito de todos e dever do Estado e da família e será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme previsto no art. 205 da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 9.394/1996 (LDB). Art. 11. A formação geral básica é composta por competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e articuladas como um todo indissociável,

enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local, do mundo do trabalho e da prática social, e deverá ser organizada por áreas de conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas. (...)§ 4º Devem ser contemplados, sem prejuízo da integração e articulação das diferentes áreas do conhecimento, estudos e práticas de: VII - história e cultura afro-brasileira e indígena, em especial nos estudos de arte e de literatura e história brasileiras; VIII - sociologia e filosofia.

Para Azevedo, Lopes e Binatto (2017), há uma forte discussão sobre a viabilidade da reforma aprovada e uma grande disputa sobre o sentido desta reforma. Segundo os autores, pesquisadores e militantes do campo educacional que buscam aproximar o ensino médio de um sentido humanístico - da importância de temas como cidadania, participação política e reflexão para a vida na dimensão ética, disputam espaço e, também, o sentido da reforma com atores que consideram que a educação pode ter um maior diálogo com o mercado de trabalho. Na verdade, ao longo da história do Ensino Médio, como será possível constatar posteriormente, esta dualidade sempre existiu, ou seja, uma formação propedêutica ou uma formação técnica e profissional.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

Como antecipado, desde a promulgação a Lei nº 13.415 sancionada em 16 de fevereiro de 2017 que reformula o Ensino Médio, vários debates têm sido travados, sendo um dos principais aquele que diz respeito a forma como o ensino de Sociologia estará presente na grade curricular e a possibilidade do estudante optar por aprendê-la ou não, de acordo com o seu percurso formativo. Considerado o explicitado é que se formula, neste projeto, a seguinte questão:

- Como e em que medida os estudantes do Ensino Médio compreendem a importância da Sociologia como um componente Curricular escolar e quais as relações que eles estabelecem com suas vidas e a dinâmica social?

2 JUSTIFICATIVA

Foi quando cursei o componente curricular sobre Sociologia Africana, na Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), que tive o contato com a Sociologia. Naquele momento, despertou-me o interesse sobre os assuntos que tangem o social, não somente da África, mas, também, do Brasil, assim, passei a me interessar mais por aprofundar os conteúdos debatidos em sala de aula. Ao mesmo tempo, me vi tomada por um sentimento de tristeza, por constatar que fui estudante do Ensino Médio e não tive o componente curricular de Sociologia e que caso isso tivesse ocorrido, teria tido a oportunidade de ampliar, e muito, meu conhecimento em relação à sociedade.

Além disso, outro fator me chamou a atenção: a reforma do Ensino Médio. Compreendi que a partir de tal reforma, seria uma opção do aluno inserir ou não a disciplina de Sociologia em sua matriz curricular, assim, me vi refletindo sobre como a Sociologia não era valorizada, apesar de sua importância para a vida dos sujeitos sociais. Com o exposto, decidi desenvolver um projeto de pesquisa na instituição escolar Centro Educacional Teodoro Sampaio, com os alunos do Ensino Médio, em Santo Amaro- BA.

Para ilustrar o contexto da pesquisa, a cidade de Santo Amaro nasceu nas margens do rio Traripe, 1557, onde era habitada por índios Caetés, Pitiguaras e Carijós. Com a vinda dos colonizadores lusos travaram-se sucessivas e renhidas guerrilhas com os primitivos habitantes locais nas margens do rio Sergi-Mirim e Subaé. O nome Santo Amaro, é devido aos monges beneditinos aos quais foram doadas grandes áreas, em uma delas, se localizava a cidade.

Já em 1700, o povoamento, nascido no entorno da capela de Santo Amaro, deslocou-se para praça de Nossa Senhora da Purificação, que se tornou o centro urbano da cidade, com a casa de câmara e a cadeia. Santo Amaro foi um dos mais importantes entreposto comercial da região e o principal porto açucareiro do recôncavo baiano, com mais de 60 engenhos. Santo Amaro participou de grandes acontecimentos da história da pátria, no movimento de emancipação como a revolução dos Alfaiates e Sabinada, as lutas pela Independência, pela qual ganhou o título de cidade Benemérita e da Guerra do Paraguai. Porém, Santo Amaro ficou conhecida como o berço da cultura

do recôncavo baiano, com a capoeira, maculelê, samba de roda, nego fugido, a lavagem de Nossa Senhora da Purificação, as comidas típicas, entres outras.

A partir do exposto, considero que o presente projeto poderá contribuir de diferentes formas: No âmbito acadêmico, por ser uma proposta pouco usual, ouvir como os estudantes compreendem suas trajetórias formativas e os conteúdos que as envolvem. No âmbito político, o projeto contribuirá para fortalecer as discussões que sendo realizadas sobre as diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio e, ainda, a forma como tal discussão vem ocorrendo no município de Santo Amaro.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar a importância atribuída por discentes do Ensino Médio do Centro Educacional Teodoro Sampaio, em Santo Amaro – Ba, a componente curricular de Sociologia e as suas diferentes relações com a sociedade.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Analisar como as alterações propostas para o Ensino Médio nos últimos anos e suas relações com o componente curricular de Sociologia, se desenvolveram na cidade de Santo Amaro-Ba.
- ✓ Compreender qual é a percepção que os estudantes do Ensino Médio têm sobre a presença da Sociologia na grade curricular.
- ✓ Entender quais as relações que estudantes do Ensino Médio estabelecem entre o componente disciplinar de Sociologia, a vida e a dinâmica da sociedade.

4 REVISÃO DA LITERATURA

4.1 HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO: ASPECTOS GERAIS

No Brasil, até década de 1960, o então ensino secundário de 2º ciclo, que a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) foi denominado de ensino médio, caracterizava-se por ser um ensino de caráter propedêutico, voltado para as minorias da elite, em oposição ao ensino profissionalizante, voltado para as classes populares e sem a possibilidade de acesso ao ensino superior. Para Castro e Garrossino (2010, p. 92)

Tal mudança, de acesso ao ensino superior dos estudantes oriundos das classes populares dos cursos médio-profissionalizantes, pode ser vista como um avanço de uma sociedade em transição de um sistema político ditatorial para outro nos moldes de uma democracia liberal populista, os quais disputavam dois projetos de desenvolvimento do país: um liberal e um nacionalista.

Assim, segundo as autoras, a partir da Lei de Diretrizes e Bases n.º 9394/96 (BRASIL, 1996) ensino médio passou a ter como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental possibilitando o “prosseguimento dos estudos”, e a “preparação básica para o trabalho e a cidadania” do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores. Para Saviani (1989, *apud* Castro e Garrossino 2010, p. 92) desde então, o nó do ensino médio está na sua falta de definição: propedêutico ou profissionalizante, ou as duas coisas ao mesmo tempo? Para ele, tanto o ensino fundamental como o superior têm seus papéis definidos, e o ensino médio fica espremido entre esses dois níveis de ensino, oscilando ora para um lado ora para outro. Quando se aproxima do ensino fundamental procura preparar o aluno para ingressar na universidade, quando se aproxima do superior busca qualificá-lo para o mercado de trabalho.

O Ensino Médio, ao longo de sua história, também apresenta outros problemas como, por exemplo, a universalização. Tudo indica que tais problemas são caracterizados: pela dificuldade de acesso e permanência para cerca da metade da população jovem, a pouca qualidade do ensino oferecido com resultados de desempenho dos alunos muito abaixo do esperado e a falta de identidade e, ainda, os

objetivos claros para a escolarização deste nível de ensino. Na verdade, o Ensino Médio foi marcado, ao longo dos anos, pelo dualismo social, pelas desigualdades de classes, tendo como espaço central dessa reprodução, o ambiente escolar.

Cury já afirmava em 1998 que o nosso Ensino Médio refletia a “realidade perversa” da sociedade brasileira, caracterizado como dual, elitista e seletivo, sem destinação social e reconhecido como nível de ensino esquecido, por isso “médio”, ou em segundo plano, secundário, local de reprodução e discriminação. (Cury *Apud* Mesquita e Lelis, 2015, p. 822).

Em relação à expansão do Ensino Médio, outro gargalo, a mesma foi iniciada nos primeiros anos da década de 1990, e, até os dias atuais, não pode ser caracterizada como um processo de universalização e nem de democratização devido às altas porcentagens de jovens que permanecem fora da escola, à tendência ao declínio do número de matrículas, desde 2004, e à persistência de altos índices de evasão e reprovação. (Krawczyk, 2011, p.755). Para a autora, a expansão tem aumentado as reproduções de desigualdades tanto regional quanto de cor/raça, religião, sexo, entre outros. Para a pesquisadora,

A evasão, que se mantém nos últimos anos, após uma política de aumento significativo da matrícula no ensino médio, aponta para uma crise de legitimidade da escola, que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem estudando. Para alguns segmentos sociais, cursar o ensino médio é algo “quase natural”, tanto quanto se alimentar etc. E, muitas vezes, sua motivação está bastante associada à possibilidade de recompensa, seja por parte dos pais, seja pelo ingresso na universidade. A questão está nos grupos sociais para os quais o ensino médio não faz parte de seu capital cultural, de sua experiência familiar; portanto, o jovem, desses grupos, nem sempre é cobrado por não continuar estudando. É aí que está o desafio de criar a motivação pela escola. (Krawczyk, 2011, p.756)

Sobre o público do ensino médio, os jovens, com seus perfis, contribui para compreender o contexto em que se insere a educação secundária no Brasil. Já que, como define Marília Sposito (2005, *Apud* Mesquita e Lelis, 2015, p. 824), “a juventude é uma fase da vida em que se inicia a busca pela autonomia, marcada pela construção da identidade, pessoal e coletiva, por uma atitude de experimentação”. No processo de

expansão do ensino médio e, conseqüentemente de sua democratização, aqueles pertencentes ao setores populares passaram a ser o grande público do ensino médio, A sua maioria chega à escola sem incentivos pessoais e familiares, e sem reconhecer sua legitimidade ou utilidade social dos diplomas, não encontrando, na maioria das vezes, sentido nos conteúdos ensinados, no papel do conhecimento e na garantia de expansão do seu capital cultural. Trata-se de uma geração de jovens que depende do trabalho para viver, mas para a qual a escola ainda não se preparou para recebê-la e ajudá-la no seu desenvolvimento (KUENZER, 2009, *Apud* Mesquita e Lelis, 2015, p. 822).

Certamente, a ampliação e o acesso da escola secundária no Brasil é um avanço e pode contribuir na formação dessa juventude, no entanto, é importante ressaltar a necessidade do desenvolvimento de novas estratégias de valorização das culturas juvenis que chegam à escola e precisam ser encontradas, tanto pelas políticas que norteiam seu funcionamento, como pela formação dos professores que atuam neste segmento.

Sendo assim, ainda concordando com Krawczyk (2011) como por muitos anos finalizar a escola média era uma perspectiva restrita às camadas privilegiadas da população, na última década essa realidade se transformou, produzindo grandes desafios. A escola, em nível de percentual, passou a ser mais frequentada e, nesse sentido, cabe ao poder público a obrigação de oferecer uma escola que comporte a dinâmica de aprendizagem da população que pretende atingir. Os ingressantes no ensino médio necessitam realmente “aprender em sintonia com o mundo em que vivem, assim estaremos todos diante de um processo real de democratização do ensino e não simplesmente de progressiva massificação”. (p. 757)

4.2 SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A Reforma do Ensino Médio é um conjunto de novas diretrizes para alterar a atual estrutura desse nível de ensino. A reforma foi proposta pelo então presidente da República Michel Temer, em 22 de setembro de 2016. Conforme descrito na Exposição de Motivos, em texto encaminhado ao Congresso Nacional a mesma almeja “dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio, ampliar progressivamente a jornada escolar deste nível de ensino e criar

a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” (BRASIL, 2016a).

Alguns dos aspectos presentes no texto da MP nº 746 chamaram imediata atenção da mídia, em especial duas situações: a extinção da obrigatoriedade de quatro disciplinas — Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física — e a possibilidade de atribuição do exercício da docência a pessoas com “notório saber” em alguma especialidade técnico-profissional. Se, por um lado, a ampla exposição midiática colocou na ordem do dia o debate sobre a reforma, por outro, a ênfase nesses dois aspectos escondeu outros de igual ou maior relevância: a pretensão de alterar toda a estrutura curricular e de permitir o financiamento de instituições privadas, com recursos públicos, para ofertar parte da formação. (Ferreti e Silva, 2017, p. 387).

De acordo os autores, as justificativas para as propostas de reforma curricular aglutinam-se em torno de quatro situações, conforme atesta a Exposição de Motivos à MPV nº 746/2016: o baixo desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); a estrutura curricular com trajetória única para o conjunto de estudantes, cuja carga compreende 13 disciplinas, considerada excessiva e que seria a responsável pelo desinteresse e fraco desempenho; a necessidade de diversificação e flexibilização do currículo.

Em relação à organização da estrutura curricular, para Kuenzer (2017), o debate tem apoio de entidades que defendem e apoiam as flexibilizações dos percursos formativos que resultam em total liberdade ao aluno para que opte pelas disciplinas e, com isso, aprofunde em determinada área acadêmica ou por um percurso de formação técnica e profissional. Por outro lado, existem entidades e intelectuais que historicamente buscam por um projeto de educação que integram as dimensões de ciência, tecnologia, cultura e do conhecimento escolar e que tenham como objetivo proporcionar diálogos entre os componentes curriculares, organizados em disciplinas, áreas de conhecimento e outras áreas previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM/2012).

De acordo com a autora (2017), uma das principais críticas à reforma, realizada por pesquisadores, estudantes, docentes, entre outros intelectuais, que acompanham a luta e a realidade do Ensino Médio no Brasil, é devido à extensão da carga horária

que inviabiliza o acesso ao ensino médio de jovens que trabalham e não tem possibilidade de permanecer em tempo integral na escola.

Por isso, sob o mesmo ponto de vista Ferreti (2017) nos alerta que as justificativas para a reforma curricular são, basicamente: o baixo desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática, a estrutura curricular, a necessidade de diversificação e flexibilização do currículo e o fato de que menos de 17% dos alunos que concluem o ensino médio ingressam no ensino superior e que 10% estão na educação profissional. O resultado, com a implementação do itinerário “formação técnica e profissional”, tem como base teórica o que Kuenzer (2017) chama de aprendizagem flexível, o seja, aquela que tem uma distribuição desigual de conhecimento, substituindo a rigidez pela flexibilidade.

Outro aspecto a ser considerado é em relação aos avanços tecnológicos, voltados essencialmente às demandas do mercado e direcionando as políticas públicas educacionais à utilizar novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's), com o objetivo de implementar uma suposta qualidade à aprendizagem, para uma aproximação aos novos padrões tecnológicos.

A aprendizagem flexível, ao criticar a concepção tradicional que centra a prática pedagógica no professor, reforça o protagonismo do aluno no ato de aprender: de espectador, passa a ser sujeito de sua própria aprendizagem, o que exigirá dele iniciativa, autonomia, disciplina e comprometimento. (Kuenzer, 2017, p.348).

Conforme a afirmação, a concepção extrapola o modo de aprendizagem, seja sozinho ou em processos colaborativos a ter, sempre, uma mediação pela tecnologia, focada no método de aprender e aprender. Para Kuenzer (2017) ao se afirmar que o conhecimento resulta da ação do aluno, há uma compreensão diferente, mostrando que o conhecimento do aluno resulta de um movimento no pensamento, mas da maneira da materialidade de aprender, compreender em suas múltiplas dimensões e interrelações.

Em síntese, o método de produção do conhecimento é um movimento que leva o pensamento a transitar continuamente entre o abstrato e o concreto, entre a forma e o conteúdo, entre o imediato e o mediato, entre o simples e o complexo, entre o que está dado e o que se anuncia. (Kuenzer, 2017, p.349).

Por outro lado, o papel do professor, nessa forma de aprendizagem flexível, é atribuir planejamentos e acompanhamentos mediante tutoria, ou seja, o mesmo será um mediador de projetos, fazendo com que o aprendizado entre a prática e a teoria estejam articulados para a resolução de problemas e a inserção do aprendiz na prática laboral e etc.

4.3 SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Com o lançamento da Medida Provisória (MP) 746/2016 e a aprovação da MP, atual Lei 13.415/2017, há uma grande discussão sobre a viabilidade da atual proposta de reforma aprovada e uma grande disputa sobre o sentido desta reforma. Em meio a esta disputa, se encontram as disciplinas obrigatórias, tanto de defesa quanto de ataque da presença da Sociologia e da Filosofia no Ensino Médio

A luta pela introdução da Sociologia no Ensino Médio, é mais que centenária. Segundo Alves (2015) houveram duas iniciativas para a introdução da Sociologia no Ensino Médio, a primeira deu-se com o jurista Rui Barbosa em 1870 propondo ela se chamasse “Direito Natural”, ministrada como forma obrigatória em todos os cursos jurídicos do país, posteriormente, substituída pela disciplina “Elementos da sociologia”, para ser desenvolvida nas escolas secundarias, cursos de formação de professores e as escolas militares do Brasil. A segunda iniciativa, deu-se com Benjamim Constant em 1891, no advento da República, ao ser apresentado como plano nacional que tinha como objetivo a obrigatoriedade do ensino da Sociologia, em escolas de Ensino Médio.

No Brasil, a primeira escola a introduzir a disciplina de Sociologia em seu curso de nível médio foi o tradicional colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro. Com a reforma do Ensino realizada em 1928, a disciplina passou a ser obrigatória do Currículo das escolas normais do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e da cidade de Recife (PE). Já em 1931, no início da Era Vargas e a partir da Educação Francisco Campos, o ensino da Sociologia ampliou-se no país nos níveis secundários, com números de escolas ofertando o ensino da Sociologia.

Além disso, depois de sete anos da ditadura militar com a reforma do ensino, editando a Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, as disciplinas de Sociologia e Filosofia, foram ofertadas nas escolas de ensino médio que passou a se chamar 2º grau, com as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e a Organização Social e Política do

Brasil (OSPB). Logo após, em 1985, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), com apoio do grupo de trabalho do ensino da Sociologia da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP) elaboraram as Diretrizes e normas, metodologias e bibliografias de apoio para a implementação da Sociologia para todas as escolas paulistas do antigo 2º grau, sendo um avanço enorme na época.

Segundo Alves (2015) depois da obrigatoriedade do Ensino da Sociologia e Filosofia, foram muitos os desafios e problemas. Um dos principais era a formação de professores de Sociologia, já que, a maioria dos professores eram apenas bacharéis e não licenciados e Ciências Sociais; com a aprovação da Lei em 2008, novos cursos foram abertos para que os professores pudessem se formar em Sociologia.

Sem dúvida, conforme Alves (2015) menciona, infelizmente um dos principais problemas no ensino da Sociologia é a transposição direta dos conteúdos da graduação para o Ensino Médio, gerando incompreensão e distanciamento dos jovens do conhecimento sociológico. Diante disso, sob a mediação pedagógica, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais, foi sendo orientado a forma como desenvolver a disciplina de Sociologia, com uma linguagem adequada aos jovens, o conhecimento sociológico e a compreensão dos problemas sociais, priorizando a explicação e a interlocução da vida do aluno, “além disso, esse é o grande diferencial que o ensino de sociologia possibilita ao estudante: saber se posicionar com objetividade diante de problemas reais e compreender racionalmente a sociedade em que vive”.

(Alves, 2015, p.165).

No contexto da Reforma atual do Ensino Médio, a Sociologia e a Filosofia estão presentes de maneira obrigatória no ensino médio de acordo a versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O problema é que elas estão presentes enquanto “estudos e práticas” e há grande preocupação de como isso se dará na prática. Entre os professores e pesquisadores tanto de Filosofia quanto em Sociologia, o termo “estudos e práticas” mostra “a exclusão mascarada” dos conteúdos,

O temor é que elas percam espaço no Ensino Médio, principalmente porque, mesmo que a noção de disciplina seja considerada como “obsoleto” ou inadequado para ensino atual, é fato que apenas com o “retorno” enquanto disciplinas obrigatórias no currículo do Ensino Médio - através da modificação dos artigos 35 e 36 da LDB em 2008 -, fizeram com que conhecimentos de Filosofia e Sociologia tivessem algum peso e relevância, na representação na comunidade escolar, bem como, certo olhar dos

atores educacionais para a importância da presença destes conteúdos nas escolas. Além destas considerações, o MEC já divulgou que há uma 3ª BNCC sendo elaborada e a ser lançada, algo que poderá causar ainda redirecionamentos imprevistos. (Azevedo, Lopes e Binatto, 2017, p. 5).

Para os autores, a ausência do debate científico representado pela Sociologia, Antropologia e Ciência Política representa um “retrocesso social, cultural e científico inestimável. Em Nota sobre a tramitação da reforma do ensino médio, 2016, há repúdio em relação à " a exclusão de disciplinas que representam áreas científicas fundamentais para a formação de nossos jovens sem um amplo debate com a comunidade escolar e acadêmica", o que, segundo a associação, significa um grande retrocesso "que desconsidera a produção científica e o debate especializado feito há duas décadas no Brasil, além de desconsiderar o campo internacional que existe na área de sociologia há mais de meio século e por representar nitidamente uma escolha do Governo Temer por uma formação educacional que privilegie a formação técnica, mercadológica e pragmática em contraposição à reflexão humanística e crítica. Cabe ressaltar que a formação escolar não é apenas para uma profissão ou uma técnica, mas algo para a vida em geral". (SIQUEIRA, 2016 *Apud* Azevedo, Lopes e Binatto (2017, p. 5).

Para Wallace Ferreira e Diego Cavalcanti de Santana (2018), ao se refletir sobre o lugar da Sociologia na educação básica, é possível afirmar que suas aulas proporcionam ao estudante o contato com ferramentas de potencial análise do mundo de forma crítica e abrangente, permitindo aos jovens a interpretação do cotidiano com a consciência de que os fenômenos políticos, econômicos e culturais são fruto de um amplo processo histórico e social.

Essa perspectiva emancipadora faz com que a Sociologia desperte o enfrentamento de defensores de uma educação conservadora. Como materialização da ofensiva contra algumas áreas formativas, a primeira proposta de reforma oferecida pelo governo Temer retirava a obrigatoriedade do ensino de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia do currículo. Após forte mobilização social, o texto final foi modificado pelo Congresso, passando a apresentar a já mencionada obrigatoriedade de “estudos e práticas” destas disciplinas. (Ferreira e Santana, 2018, p. 47).

Sendo assim, cabe constar nos currículos, teórica e conceitualmente, temáticas sensíveis à vida em sociedade como cultura, relação entre indivíduo e sociedade, desigualdades, movimentos sociais, ideologia e alienação, formação do Estado brasileiro, relações étnico raciais, papéis de gênero, globalização, questão fundiária, campo e cidade, organizações políticas e Estado Moderno, democracia e cidadania, direitos civis, sociais e políticos, modos históricos de produção, mercado de trabalho, meios de comunicação e indústria cultural, fluxos migratórios, dentre outros.

5 METODOLOGIA

Segundo Gondim (2003), “o conhecimento Científico é produzido a partir de métodos apoiados em pressupostos ontológicos, epistemológicos especialmente nas ciências sociais como antropologia”. Diante disso, é necessário seguir um caminho que tenha como fim a busca por respostas referentes aos problemas que serão abordados. Buscando retratar a importância da disciplina de Sociologia para os alunos do ensino médio em Santo Amaro, será realizada uma pesquisa de campo a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa, pois segundo Silveira e Córdova (2009), a pesquisa qualitativa não tem como intuito a busca pela representatividade numérica, mais tem como preocupação buscar compreender certo grupo social, uma organização etc. Com a pesquisa qualitativa será possível levantar dados e buscar explicar o porquê das coisas, para que assim, sejam produzidas informações de maneira aprofundada e ilustrativa.

Primeiramente, será apresentado o projeto à direção do Centro Educacional Teodoro Sampaio, com o objetivo de obter a aceitação para o seu desenvolvimento. Em seguida, será identificada uma turma do Ensino Médio, para a realização da pesquisa. Além da análise da grade curricular do Ensino Médio da escola, será realizado um levantamento bibliográfica, com o intuito de reunir informações suficientes para o cumprimento do projeto em questão.

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *expost-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002; Gerhard 2009; Silveira 2009).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. de O; ALVES, J. T. Ensino de Sociologia na escola básica: experiência do PIBID na formação de professores. In: GONÇALVES, D. N. Sociologia e juventude no ensino médio: formação, PIBID e outras experiências. Campinas: Pontes Editores, 2013.

BRASIL. Medida provisória 746/2016. Disponível em: Acesso em: 30 de março. 2019.

BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018

BINATTO, Rafaella Franco.; COUCEIRO, L. A. ; CAMARGO, G. A. . O ensino de Filosofia e Sociologia em face a legislação atual: desafios, perspectivas e expectativas. 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

CASTRO, R. M. de; GARROSSINO, S. R. B. O ensino médio no Brasil: trajetória e perspectivas de uma organização politécnica entre educação e trabalho. Org & Demo (Unesp. Marília) , v. 11, p. 91-102, 2010.

FERRETI, Celso João and SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória n o746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. Educ. Soc. [online]. 2017, vol.38, n.139, pp.385-404. ISSN 0101-7330.

FERRETTI, Celso João. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. Educ. Soc. [online]. 1997, vol.18, n.59, pp.225-269. ISSN 01017330

FERREIRA, Wallace; SANTANA, Diego Cavalcanti de. A reforma do ensino médio e o ensino de Sociologia. Revista Perspectiva Sociológica, [S.l.], n. 21, 2018, p. 41- 53, 2018. Disponível em: Acesso em: 15 set. 2018.

GONDIM, S. M.G. Grupos Focais como Técnica de Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos. Revista Paidéia. Cadernos de Psicologia e Educação. v.12, n.24, pp.149-161, 2002b.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. Cad. Pesqui. [online]. 2011, vol.41, n.144, pp.752-769. ISSN 0100-1574.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. Educ. Soc. [online]. 2017, vol.38, n.139, pp.331-354. ISSN 0101-7330.

_____.prática na educação dos trabalhadores. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v.29, n.1, jan/abr., 2003b.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). Métodos de Pesquisa. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

MESQUITA, Silvana Soares de Araujo and LELIS, Isabel Alice Oswaldo Monteiro. Cenários do Ensino Médio no Brasil. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2015, vol.

23, n.89, pp.821-842. ISSN 0104-4036. Paidéia (Ribeirão Preto) vol.12 no.24
Ribeirão Preto, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Rev.
Bras. Educ. [online]. 2007, vol.12, n.34, pp.152-165. ISSN 1413-2478.